

NOTAS METODOLÓGICAS: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. **Maria Gorete Marques de Jesus; Thais Lemos Duarte; Giane Silvestre.** DOI: <https://doi.org/10.48331/scielodata.ABEIYZ>

Notas Metodológicas: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal

Maria Gorete Marques de Jesus
Thais Lemos Duarte¹
Giane Silvestre

Relacionadas ao artigo: Jesus MGM de, Duarte TL, Silvestre G. Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. Rev bras Ci Soc [Internet]. 2023;38(111):e3711009. DOI: <https://doi.org/10.1590/3711009/2022>.

Introdução

A presente nota metodológica tem o objetivo de detalhar os procedimentos de coleta, codificação e análise de dados referentes ao artigo “Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal”. Os dados foram produzidos no âmbito da realização da pesquisa desenvolvida em parceria com a organização Danish Institute Against Torture (DIGNITY)² que, no ano de 2020, desenvolveu o estudo “Protecting survivors of torture and ill treatment: dignity, violence and human rights in poor communities”, em parceria com a University of Edinburgh, Mathare Social Justice Centre e a Law and Trust Society do Sri Lanka. O principal objetivo do estudo foi examinar os desafios enfrentados na proteção de vítimas de tortura

¹ Lamentamos o falecimento de Thais Lemos Duarte, socióloga e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP-MG), no dia 31 de maio de 2023. Thais tem uma vasta produção na temática da tortura, com uma série de trabalhos realizados em parceria com pesquisadoras do NEV-USP. Em 2021, recebeu menção honrosa no Prêmio em Direitos Humanos do 45º Encontro Anual da ANPOCS no para o paper “Conceituações plásticas sobre tortura: disputas e consensos a respeito dessa violência estatal”, escrito em coautoria com as pesquisadoras do NEV, Giane Silvestre e Gorete Marques, e que resultou no artigo publicado na RBCS.

² Dignity é uma organização independente focada na defesa dos direitos humanos e na luta contra a tortura, bem como contra tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Fundada em 1982, é reconhecida como uma das pioneiras no combate à tortura ao redor do mundo. Com sede em Copenhague, a organização estabeleceu parcerias com várias ONGs e instituições de pesquisa globalmente, operando em 20 países ao redor da África, Oriente Médio, Ásia, Europa Oriental e América Central. O trabalho internacional do Dignity é apoiado por entidades como o Ministério de Relações Exteriores da Dinamarca, a Comissão Europeia e diversas fundações, incluindo a Open Society Foundation.

NOTAS METODOLÓGICAS: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. **Maria Gorete Marques de Jesus; Thais Lemos Duarte; Giane Silvestre.** DOI: <https://doi.org/10.48331/scielodata.ABEIYZ>

e maus-tratos. Isso se torna ainda mais crucial dado o cenário de assistência deficitária em diversas localidades, especialmente em regiões marcadas por intensas desigualdades sociais, como o Quênia e o Sri Lanka. Além desses países, o Brasil também foi incluído no escopo do projeto. O estudo conduzido no país, com foco nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, teve como objetivo compreender os desafios e as possibilidades dos mecanismos de proteção oferecidos às vítimas de tortura, além de propor recomendações para aprimorar tais serviços. Durante a pesquisa, foram identificados diversos elementos analíticos fundamentais para a reflexão sobre a tortura e suas formas de prevenção. Um desses elementos, entre vários outros, diz respeito ao conceito de tortura discutido por autoridades públicas e membros da sociedade civil do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse conceito muitas vezes se afasta da abordagem mais convencional sobre a questão, como já mencionado.³

A partir do escopo dos dados produzidos, a ideia do artigo “Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal” foi a de analisar narrativas substantivas sobre as violências cometidas por agentes estatais sofridas por determinados grupos sociais, denominadas por muitos atores de “tortura”, um aspecto que não havia sido analisado na pesquisa mais ampla.

O método de pesquisa foi qualitativo para compreender significados, percepções e experiências. Mobilizamos o material empírico reunido na pesquisa, que consistiu em vinte entrevistas realizadas com atores da sociedade civil e do poder público e que trabalhavam com a temática da violência estatal.

Entrada no campo

A entrada no campo envolveu o levantamento de organizações, tanto governamentais quanto não governamentais, que oferecem apoio a vítimas e familiares de violações de direitos, especialmente casos de tortura. Em grande parte, essa pesquisa

³ Relatório Tortura como Marca Cotidiana: Narrativas Sobre os Serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo (Jesus et al., 2021). Disponível em https://www.dignity.dk/wp-content/uploads/35-TORTURA-COMO-MARCA-COTIDIANA_digital.pdf

NOTAS METODOLÓGICAS: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. **Maria Gorete Marques de Jesus; Thais Lemos Duarte; Giane Silvestre.** DOI: <https://doi.org/10.48331/scielodata.ABEIYZ>

se baseou em nossos conhecimentos prévios, pois possuímos experiência no tema e mantemos contato direto com algumas dessas entidades. A partir desse ponto, utilizamos o método de amostragem bola de neve. Ou seja, um informante inicial indicou outro para ser entrevistado, e assim sucessivamente. Assim, selecionamos para participar da pesquisa indivíduos que tinham abordagens variadas, com diferentes perfis, mas todos com envolvimento pessoal e profissional no apoio às vítimas de tortura.

Dentre os integrantes da sociedade civil, contatamos aqueles relacionados a organizações de natureza mais burocratizada, com estruturas financeira e de pessoal definidas. Ao mesmo tempo, foram acionados também movimentos populares, pautados por atividades em rede, sem necessariamente ter uma disposição de natureza formalizada. Por sua vez, dentre os atores do poder público, dialogamos com os que integram políticas consideradas de referência no campo da segurança e da justiça criminal em São Paulo. Ademais, acionamos agentes estatais indicados pelos movimentos sociais como importantes interlocutores, bem como com atribuições legais destinadas à responsabilização dos perpetradores de violações de direitos.

Inicialmente, foram mapeados 26 atores, 14 do Rio de Janeiro e 12 de São Paulo. Contudo, não acionamos todas essas organizações, pois muitas desenvolvem atividades semelhantes entre si. Inclusive, pessoas que compõem determinado espaço exercem ações, mesmo que informais, em outros. Portanto, entre 04 de dezembro de 2020 e 29 de janeiro de 2021, foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas com atores das duas localidades. Ademais, haja vista certas indicações efetuadas pelas pessoas inicialmente entrevistadas, efetuamos também diálogos com dois órgãos com atuação relevante em âmbito nacional na prevenção e combate à tortura, totalizando, então, 21 conversas.

Entrevistas

Ao todo foram realizadas 21 entrevistas, sendo 8 entrevistados do Poder Público (dois promotores, três defensores públicos, dois do executivo, um do legislativo) e 13 entrevistados da sociedade civil. Essa diversidade de participantes de diferentes espectros

NOTAS METODOLÓGICAS: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. **Maria Gorete Marques de Jesus; Thais Lemos Duarte; Giane Silvestre.** DOI: <https://doi.org/10.48331/scielodata.ABEIYZ>

de atuação nos proporcionou uma visão abrangente e multifacetada dos desafios e das perspectivas relacionados à proteção das vítimas de tortura.

Devido à pandemia de Covid-19, todas as entrevistas foram conduzidas de forma virtual, utilizando a plataforma Google Meet. Inicialmente, imaginávamos que as discussões se concentrariam mais em aspectos procedimentais das organizações, em vez de abordar questões pessoais relacionadas às histórias de vida dos(as) entrevistados(as). No entanto, à medida que estabelecemos contatos com redes de familiares e vítimas de violência, algumas entrevistas revelaram experiências muito íntimas dos participantes, como relatos de violações, casos de revitimização e experiências de luto. Essas narrativas contribuíram significativamente para embasar muitas das análises realizadas neste estudo.

Um aspecto delicado deste processo foi a limitação deste formato para entrevistas que abordam assuntos sensíveis, como a perda de um filho ou parente devido à violência estatal. Em certos momentos, ponderamos se uma entrevista presencial poderia ter proporcionado uma interação mais empática. Contudo, dadas as circunstâncias da época, buscamos abordar essas temáticas com o máximo de sensibilidade possível. Foi inevitável nos emocionarmos durante algumas das entrevistas, pois nos confrontamos com a brutalidade com a qual vidas eram impactadas de forma tão devastadora pelos agentes do Estado. Adotamos uma abordagem de escuta e condução acolhedora como forma de lidar com os desafios apresentados pelas entrevistas de natureza tão delicada. Ao término dessas entrevistas, reservávamos um momento para dialogar entre nós, como forma de nos apoiarmos durante esse processo de escuta e refletir sobre como essas entrevistas nos afetavam.

Garantia de sigilo e anonimato

Durante todo o processo de pesquisa, garantimos a máxima confidencialidade e sigilo dos dados coletados. Cada participante foi assegurado de que suas informações pessoais e relatos seriam tratados de forma estritamente confidencial. Para reforçar essa

NOTAS METODOLÓGICAS: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. **Maria Gorete Marques de Jesus; Thais Lemos Duarte; Giane Silvestre.** DOI: <https://doi.org/10.48331/scielodata.ABEIYZ>

garantia, utilizamos termos de confidencialidade nos quais os entrevistados consentiram, deixando claro que suas identidades e informações seriam protegidas.

Além disso, adotamos medidas rigorosas de anonimização para proteger a identidade dos entrevistados. Nomes e demais informações pudessem identificar individualmente os participantes foram removidos ou alterados nos registros e na análise dos dados, exceto nos casos em que os entrevistados eram do poder público, cuja atuação apresenta maior repercussão. Essas precauções foram fundamentais para assegurar que as vozes e experiências dos participantes fossem protegidas, respeitando sua privacidade e confidencialidade.

Por essa razão, tomamos a iniciativa de disponibilizar na presente nota metodológica o acesso à interface de análises realizadas no MaxQDA referentes à categoria que foi central para a elaboração do artigo sobre o conceito de tortura. Trata-se de uma planilha em que reunimos as respostas referentes a perguntas que diziam respeito a como as pessoas entrevistadas classificavam uma violência como tortura.

Codificação

Todos os áudios das conversas foram transcritos e, em seguida, os categorizamos através do programa de análise qualitativa MAXQDA2020⁴. Especificamente, organizamos as entrevistas em códigos distintas: a) definições e conceitos relacionados à tortura; b) histórias de vida e experiências de vitimização; c) descrição das organizações participantes, incluindo seus métodos de atendimento, estrutura física, recursos humanos, objetivos, interações com outros atores e atividades de reparação; d) desafios enfrentados na prestação de serviços de apoio às vítimas de tortura; e) sugestões e recomendações apresentadas pelos participantes.

⁴ Software desenvolvido por pesquisadores para análise de dados qualitativos como textos, entrevistas, transcrições, gravações em áudio/vídeo, revisões de literatura etc.

NOTAS METODOLÓGICAS: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. **Maria Gorete Marques de Jesus; Thais Lemos Duarte; Giane Silvestre.** DOI: <https://doi.org/10.48331/scielodata.ABEIYZ>

Para o artigo da RBCS, nos concentraremos na análise das categorias A e B. As demais categorias estão fora do escopo deste texto, uma vez que estão mais relacionadas às reflexões destinadas à consultoria prestada ao DIGNITY.⁵

Resultados

O processo de sistematização e interpretação dos códigos nos permitiu analisar de que maneira o termo tortura era mobilizado, sobretudo de variadas formas e perspectivas, pelos diferentes atores entrevistados. Há um consenso entre os entrevistados sobre as limitações a respeito à conceituação legal da tortura, apontando para a inadequação dos marcos normativos existentes em lidar com as complexas relações estruturais no país, marcadas pela constante submissão de pessoas pobres, negras e periféricas. Algumas dessas falas foram reproduzidas no artigo, de maneira que expressasse aquilo que foi identificado de forma sistemática na fala de muitos dos nossos interlocutores.

As narrativas sobre tortura, ou "falas da violação", ficam evidentes tanto nas experiências relatadas por vítimas e familiares quanto nos relatos de profissionais de ONGs e órgãos públicos. A reflexão sobre essas narrativas vai além do âmbito político, alcançando o campo cultural, revelando desigualdades e a hierarquia racial e de classe presentes na sociedade brasileira. As resistências e produções de sentidos por parte dos afetados pela violência estatal apontam para a possibilidade de uma mudança cultural efetiva.

O que se destaca são as narrativas sobre trajetórias permeadas por situações de vulnerabilidade (Mendiola, 2014; Das e Poole, 2008). Estas trajetórias são marcadas por uma série de condições precárias, confrontos com ações brutais dos mecanismos de controle estatal e experiências de agressões físicas e mentais. "Acordar às cinco da manhã

⁵ O relatório da pesquisa encontra-se disponível no site do Núcleo de Estudos da Violência da USP, sob o título "Tortura como Marca Cotidiana: Narrativas Sobre os Serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo" (Jesus et al., 2021). Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/tortura-como-marca-cotidiana-narrativas-sobre-os-servicos-de-atencao-as-vitimas-de-tortura-desenvolvidos-no-rio-de-janeiro-e-em-sao-paulo/>. Acessado em 12 de abril de 2024.

NOTAS METODOLÓGICAS: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. **Maria Gorete Marques de Jesus; Thais Lemos Duarte; Giane Silvestre.** DOI: <https://doi.org/10.48331/scielodata.ABEIYZ>

com o Caveirão na porta de casa" é uma ocorrência comum, evidenciando que a tortura - e todas as definições associadas a este termo - é reconhecida como uma prática cotidiana.

Roteiro de entrevista

1. Nos conte um pouco de sua trajetória e sobre quais atividades desenvolve atualmente.
2. Poderia nos dizer agora quais ações sua instituição (projeto, movimento social etc.) desenvolve? Qual é seu público alvo?
3. Em que medidas as atividades desenvolvidas por sua instituição se articulam com ações de prevenção à tortura?
4. Quais tipos de violações cometidas pelo Estado mais se sobressaem em sua rotina de trabalho?
5. Quais são os principais agentes estatais envolvidos?
6. Onde, normalmente, costumam ocorrer?
7. Contra quais populações em geral? Qual é o perfil de indivíduos mais suscetível de sofrer tortura?
8. O que você entende por tortura?
9. Quais encaminhamentos dados por sua instituição a esses casos? Esses encaminhamentos se articulam com o trabalho desenvolvido por organizações da sociedade civil e do poder público? Você observa algum gargalo nesse processo?
10. Com quais tipos de atores vocês mais trabalham?
11. Você vivenciou algum caso de represália cometida contra pessoas que denunciaram casos de tortura?
12. São desenvolvidas medidas de reparação a vítimas de tortura? Há casos de vítimas que receberam indenização?
13. Quais são os principais desafios que você encontra no seu trabalho?
14. Quais são respostas geralmente fornecidas pelo poder público sobre as violações de direitos trabalhadas por sua instituição?
15. Em sua avaliação, quais são os obstáculos para se prevenir a tortura no Brasil?

NOTAS METODOLÓGICAS: Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. **Maria Gorete Marques de Jesus; Thais Lemos Duarte; Giane Silvestre. DOI: <https://doi.org/10.48331/scielodata.ABEIYZ>**

16. O que você acha que poderia ser feito para a proteção de vítimas de violações de direitos humanos?

Referências

MENDIOLA, Inácio. Habitar o inabitável: a prática político-punitiva da tortura. Edicions Bellaterra: Barcelona, 2014.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. . El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, n. 27, p. 19-52, 2008.

JESUS, Maria Gorete M. de; SILVESTRE, Giane; DUARTE, Thais Lemos. Tortura como Marca Cotidiana: Narrativas Sobre os Serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo. DIGNITY/NEV-USP/CRISP-UFGM, 2021.